

ELEIÇÕES, PARTIDOCRATAS E MESSIANISTAS: PARA UMA SOCIOLOGIA DA ORIENTAÇÃO DO VOTO DOS CARIOCAS

ELECTIONS, PARTYTOCRATICS AND MESSIANISTS: TOWARD A SOCIOLOGY OF CARIOCA'S VOTES ORIENTATION

*Daniel Henrique da Mota Ferreira**

*Patrick Ely Pinheiro**

Cite este artigo: FERREIRA, Daniel Henrique da Mota. PINHEIRO, Patrick Ely. Eleições, partidocratas e messianistas: para uma sociologia da orientação do voto dos cariocas. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 42-62, março de 2017. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Resumo: Mobilizando a teoria clássica da democracia, propomos que sua dimensão representativa sempre abarcou tensões como hoje com o que chamamos de crise de credibilidade das nossas instituições representativas. Neste ponto, nosso objetivo é, a partir dos tipos ideais de partidocratas e messianistas, iluminar a questão do lugar ocupado por partidos e candidatos na motivação de voto dos cariocas. Para tanto, nossa metodologia constituiu-se em um questionário fechado realizado pelos alunos do curso de métodos quantitativos da PUC-Rio em outubro de 2014, com 403 entrevistados em diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro, e posterior análise de dados no programa SPSS. A partir disso, percebemos a tendência geral carioca ao messianismo e nos sentimos obrigados, para melhor refinar o trabalho, a compreender os partidocratas em duas chaves: os partidocratas-pacientes e os partidocratas-agentes. Concluímos que a ênfase no candidato ainda é maioria absoluta em nossa população, e também que a maioria das pessoas não se sentiram esclarecidas com as manifestações. Todavia, a modernização parece avançar, e mais das características do velho brasileiro descrito nas consagradas interpretações ficam para trás.

Palavras-chave: Messianistas, partidocratas, candidatos, eleições, voto.

Abstract: This article has the objective to understand carioca's votes orientation in the context of a general representative crises. For this aim, the authors created two ideal types, the partytocratics and the messianists, and tried to analyze the tendencies of the 403 interviews made, having those types in mind. As the last one is a brazilian common tendency in the past linked to an antidemocratic culture, we expected to see differences. Nevertheless, the article points out a tendency to the messianism and the existence of two types of partytocratic: the partytocratic-pacient and the partytocratic-agent. Still, it looks like the modernization is putting behind lots of brazilian old authoritarian roots.

Keywords: Messianism, parties, candidates, elections, vote.

Em 2013, o Brasil se viu em meio a um turbilhão de revoltas e manifestações, algo que não era visto há muito tempo em nossa história. Muitos cientistas sociais foram pegos de surpresa pelos gritos das ruas, que demonstraram uma insatisfação não capturada por pesquisas feitas pouco antes. Estas insatisfações deflagraram uma grande desconfiança quanto às instituições representativas, que se manifestou, por exemplo, na ojeriza aos partidos políticos, o que obrigou os analistas a retomarem a discussão da relação entre as dimensões representativas e participativas da democracia. Para além de tal fenômeno, houve uma corrida presidencial das mais disputadas, onde a população se dividiu entre um projeto de governo e projetos alternativos sobre como guiar o Brasil. Esta conjuntura nos permite lançar um olhar renovado à discussão teórica a respeito da democracia.

Para contribuir com a renovação da discussão, procuramos compreender a relevância que o eleitor atribui a candidatos e partidos na orientação de seu voto. Para isso, mobilizamos desde a teoria clássica da democracia, passando por sua crítica vinda da chamada teoria das elites, até a concepção brasileira que enxerga certo messianismo em nossa cultura política. Entendemos que uma valorização do partido nas motivações pode ser positiva, uma vez que os partidos representam uma ação associativa orientada por valores (WEBER, 2015; 1982), podendo ser indicativo de uma maior integração ao jogo político por parte da sociedade civil, devido a um associativismo criado pelo interesse bem compreendido (TOCQUEVILLE, 2005), o que permitiria aos atores civis se organizarem em lutas novas que se resvalam no partido (VIANNA, 1996). Por esta hipótese, acreditamos que a população se aproxima cada vez mais de um tipo partidocrata e deixa aos poucos o tipo messianista para trás.

Temos esta questão do partido como relevante de um novo cenário de associativismo, pois acreditamos que, como nas palavras de Gramsci, que entende o partido como o príncipe moderno, este é: "a primeira célula na qual se sintetizam germes de uma vontade coletiva reconhecida e reafirmada parcialmente na ação" (GRAMSCI, 2007: 16).

Para testar nossa hipótese, faremos uso do banco de dados construído nas aulas de Métodos Quantitativos da PUC-Rio no ano de 2014, sob orientação do professor Antônio Alkmin. Para a realização da pesquisa, foram distribuídos 403 questionários que foram aplicados em entrevistas fechadas feitas por cada um dos 20 alunos que participaram da disciplina. A técnica empregada para a construção da amostra foi a amostragem por cotas. A segmentação das cotas baseou-se nas publicações do IBGE sobre o percentual de gênero e faixa etária da população carioca, sendo estes aplicados em locais públicos em dois bairros de cada região da cidade – a exceção foi a zona sul, onde, optou-se pelo contraste entre Ipanema e Rocinha. Nossa pesquisa eleitoral foi realizada duas semanas após as eleições de 2014 e objetivou descobrir os motivos pelos quais os indivíduos votaram em cada um dos candidatos dos dois turnos das eleições de governador e presidente. Para tanto, procurou-se compreender a relevância do tema partido e candidato, o interesse pela política dos entrevistados e quais os principais temas que a população considerava importante. Neste ponto, foram também utilizadas perguntas semi-abertas, que possibilitaram um certo potencial qualitativo ao estudo. A partir dos dados obtidos, procuramos delimitar nossos estudos à compreensão da construção do voto dos eleitores cariocas, tomando por base a preferência por partidos e candidatos e estabelecendo, assim, o objeto do artigo.

Com o objetivo de compreender a orientação de voto dos eleitores construímos, a partir desta reflexão, os tipos ideais de partidocratas e messianistas, os quais nos servirão enquanto chaves

explicativas na abordagem do fenômeno estudado. Após isso passamos à análise de nossos dados e, por fim, apresentamos nossas conclusões.

1. A concepção clássica de democracia e suas críticas

Desde muito cedo, a democracia é marcada por tensões. São várias as ambiguidades encontradas não só em sua prática, mas também na percepção que as sociedades têm dela, vivam estas em um regime democrático ou não. Durante as últimas décadas houve um grande aumento no número de países democráticos no globo, seja no período de 1974 a 1990, no qual, segundo Samuel Huntington (MOISÉS, 2008), teria havido o que poderíamos classificar como uma terceira onda democrática, seja após a queda do muro de Berlim em 1989, quando muitos países na Europa Oriental também se democratizaram. Apesar disso, as sociedades que passaram por este processo de democratização, não raras as vezes, acabaram por conservar elementos autoritários em seu cotidiano (MOISÉS, 2008).

A democracia é também apropriada de diferentes formas pelos variados atores envolvidos nela. O sentido que é atribuído a ela e às suas instituições não é uniforme e nem estático, sendo ressignificado a partir do contexto sócio-histórico de seus atores, bem como de seus interesses. Se quiséssemos reconstituir a história das concepções acerca da democracia teríamos de voltar ao menos até a Grécia antiga, passando por Roma e mobilizando tantos autores que a tarefa fugiria à capacidade deste texto. Contudo, é de extrema importância nos perguntarmos sobre os rumos que tem tomado a nossa democracia ainda tão jovem, nos remetendo à construção da concepção moderna de democracia.

Segundo Schumpeter (1961), a concepção clássica de democracia estaria fundada nas ideias do bem comum e da vontade comum. Ela se caracterizaria como um modelo de organização política em que as instituições seriam organizadas de forma a garantir a busca e a concretização do bem comum, cabendo ao próprio povo as decisões políticas, através da eleição de indivíduos que se reuniriam para executar sua vontade. Tal concepção de democracia enseja a crença em um bem comum explicitamente dado e compreensível a qualquer cidadão, a não ser pela ignorância ou existência de algum interesse antissocial. Disso decorreria também a crença em uma vontade comum, que corresponderia à felicidade e ao interesse de todos. À semelhança do bem comum, só não seria buscada por todos os membros da sociedade pela ignorância ou interesses perversos. Em decorrência desta interiorização do bem e da vontade comum por parte da sociedade, a democracia não deveria temer nem mesmo a divisão do trabalho político. Mesmo com a criação de grupos eleitos para a administração dos negócios públicos, o interesse geral não seria vilipendiado, pois estes estariam inseridos na mesma interiorização. Isto daria à democracia um status inequívoco. Contudo, este modelo não se sustenta na prática. Para ponto de partida, não existe um bem comum objetivamente dado, que a todos submetta. Para cada grupo ou indivíduo o bem comum pode significar uma infinidade de sentidos. Não há também, por conseguinte, uma vontade geral, por todos interiorizada e a todos imperativa.

Outro autor que ressalta a impossibilidade prática do ideal democrático, entendido como a soberania popular, é Michels (1982). Para o autor nem mesmo o sufrágio universal pode assegurar tal ideal; é inevitável que se estruture uma dominação de poucos sobre muitos e a base de toda dominação está na organização. Segundo o autor, “quem diz organização diz oligarquia” (MICHELS, 1982: 238.). Na democracia, o partido é a maior representação desta organização, e conseqüentemente, concentra

importante cristalização de poder. Conforme fossem ganhando mais eficiência e agilidade, os partidos acabariam ganhando uma dose cada vez maior de autonomia e perdendo contato progressivamente com as bases que os elegeram. Com isso, a balança gradualmente se desloca de uma situação ideal dos governantes como executores da vontade coletiva a uma na qual desfrutam de cada vez maior autonomia em suas ações, passando a agir por sua própria consciência no cenário público e fazendo sua própria vontade figurar acima do interesse geral (GRYNSPAN, 1996).

A partir destas concepções críticas da democracia podemos pensar o contexto brasileiro. Muito se fala no Brasil a respeito de uma “crise de representação”. Nas ruas a frase “não me representa” virou bordão. Além disso, como demonstra José Álvaro Moisés (2008), há uma imensa desconfiança por parte da população com as instituições representativas de nosso sistema democrático. Boa parte dos canais convencionais de representação e participação política estão desacreditados, como partidos e sindicatos. Tudo isto é também resultado da incapacidade que estes estão tendo de dialogarem com as demandas daqueles que deveriam ser por eles representados. As manifestações de junho de 2013, e uma greve de rodoviários no Rio de Janeiro, na qual protestavam contra um acerto salarial insatisfatório aprovado pelo sindicato, que não participou da greve, são exemplos dessa incapacidade [1]. Podemos enxergar na prática o que Michels disse a respeito da autonomização e distanciamento dos partidos – bem como do Estado – com relação às bases que o elegeram.

Diante de tal problemática, podemos nos perguntar: qual teria sido o lugar atribuído pela própria população brasileira a partidos e candidatos?

2. Partidos e candidatos

2.1 Os partidos políticos

Os partidos políticos são unidades fundamentais da atual democracia e acompanham grande parte do desenvolvimento das disputas pelo poder na história Ocidental. Assim foram os Guelfos e Gibelinos, Tories e Wighs, Girondinos e Jacobinos, PT e PSDB. Este contexto de disputa, traz a tona o próprio processo em que a figura dos partidos políticos adquirem legitimidade na vida política e social, se descolando, inclusive linguisticamente, das visões que lhe imputavam sentidos deletérios.

Sartori (1982) destaca que a inserção do termo “partido” no vocabulário político do Ocidente foi fruto de um gradual processo de diferenciação desta palavra para com o termo “facção”, este último geralmente visto de maneira depreciativa e indicando um grupo político que se empenhava de maneira ardilosa e deletéria ao bem comum. Tal processo remonta aos séculos XVI e XVII e continuou pelos séculos subsequentes, envolvendo figuras como Voltaire, Maquiavel, Montesquieu, Hume, Burke, etc.

O autor identifica, ainda, que a transição para uma concepção que percebia o partido enquanto portador de potencialidades positivas remete a uma transformação mais profunda, a saber, “a transição ainda mais lenta, mais enganosa e mais tortuosa, da intolerância para a tolerância, desta para a dissensão, e da dissensão para a crença na diversidade” (SARTORI, 1982, p. 33). Assim, este processo de legitimação dos partidos políticos dialoga, em última análise, com a consolidação da própria democracia moderna, que se afirma com a ideia de que a diversidade e a discordância não são necessariamente deletérias. A afirmação deste pluralismo também se dá no âmbito político, onde

engendra-se uma diferenciação do poder que traz à cena grupos que são autônomos, mas respondem a interesses particulares. É neste contexto que deve ser percebida a consolidação dos partidos políticos e considerada a multiplicidade de definições que passam a receber ao longo da história.

Considerados enquanto partes que atuam a partir da consolidação do caminho do dissenso enquanto possibilidade de elemento de organização social, o que todos eles possuem em comum é uma igual ação orientada para adquirir o poder dentro da sociedade, de tal maneira a influenciar todo o grupo. Por este motivo, Weber (1982, p. 227) dará a clássica definição de partido como:

Sua reação é orientada para a aquisição do 'poder' social, ou seja, para a influência sobre a ação comunitária, sem levar em conta qual possa ser o conteúdo. (...) Em contraposição às ações das classes e estamentos em que isso nem sempre é o caso, as ações comunitárias dos 'partidos' sempre significam uma socialização, pois tais ações voltam-se sempre para uma meta que se procura atingir de forma planejada (WEBER, 1982: 227).

Na visão de um liberal como Tocqueville (2005), os partidos políticos são um “mal necessário” dos governos, que surgem a partir de divergência dos cidadãos quanto aos princípios gerais do bom governo. Para o autor, os partidos também teriam formas distintas, podendo estar vinculados a ideais, grandes causas, princípios e generalidades; ou apenas à procura do poder a todo o custo, valendo-se de meios vis e sem aparente moralidade. Os primeiros seriam os grandes partidos e existiriam em tempos de grande convulsão social; os outros seriam os pequenos partidos e apareceriam na calma das grandes transformações e turbilhões (TOCQUEVILLE, 2005). Em ambos os casos é salientado o aspecto associativo do partido, a sua procura por exercer forte influência ou controlar o jogo político, decidindo em última instância os ditames do governo e ainda o caráter variado de motivos que podem levar alguém a procurar se associar.

Todavia, houve diferenças à medida que a democracia representativa se transformava ao longo da história. Os antigos partidos, como os guelfos e gibelinos, eram muito mais coligados pelos interesses de grandes famílias ou por rixas internas, faltando o núcleo racional na escolha partidária/ação associativa. A mudança ocorre apenas no século XIX, na Inglaterra e nos EUA. A primeira conjuntura exporia uma divisão censitária do voto, enfatizando a força dos homens notáveis, aqueles que teriam poder e riqueza para elegerem os seus candidatos. Apenas com os partidos de massa, como o SPD da Alemanha, é que a situação muda e o protagonismo da população aumenta, paralelamente à ampliação do sufrágio (OPPO, 2004).

Com isto podemos observar as duas importâncias do partido nas democracias: A primeira, já dita, de influenciar nas decisões socialmente relevantes; e a segunda a de permitir o acesso das massas ao jogo das elites políticas, uma vez que a legitimidade emana delas. Pelo segundo motivo, a entrada do povo nas cenas de disputa e a força que os partidos ganharam com isso pelo seu consequente enraizamento no mundo social, o sistema político subsequente foi intitulado partidocracia (PASQUINO, 2004). Esta última tendência, muito bem observável em todas as democracias modernas como o Brasil, também pode ser utilizável no sentido de indicar de forma negativa a procura de um partido por dominar toda a esfera de ação social (PASQUINO, 2004). Chamaremos de “partidocratas”, por esta razão, toda e qualquer pessoa que colocar o partido como o grande responsável pelo jogo político na democracia.

2.2 Os candidatos: os homens notáveis

Muitos foram os momentos de nossa história em que não foram os partidos que arrebataram as ideias de um povo, mas uma pessoa. Não se procurou vínculo em um grupo ou em uma instituição, mas em um ser humano, o mais capacitado de todos, o líder. Eis que aparece aqui o príncipe virtuoso, descrito por Maquiavel (2002), o qual, quer seja forte como um leão ou inteligente como uma raposa, possui os meios necessários para conquistar o poder em determinado local.

Este líder seria dotado de “virtude”, as habilidades e os meios que lhe estão ao alcance para conquistar o poder, e de “fortuna”, as circunstâncias necessárias para conquistá-lo. Com Maquiavel, vemos os fatos extraordinários e o carisma do líder sendo ressaltados pelos nomes acima expostos. Apesar de a compreensão mudar, é sabido que um rei sem virtude dificilmente se manteria no poder em tempos conturbados. Da mesma forma, sem a fortuna, o momento propício, não haveria o porquê da necessidade da virtude. Dá-se o exemplo de Moisés, que nunca teria se tornado líder se não encontrasse os hebreus escravizados (MAQUIAVEL, 2002).

O aspecto circunstancial muitas vezes associa esta dominação personalística do príncipe ou do líder a momentos de ruptura e transformação social. A característica que galvaniza o apoio ao líder é o seu forte magnetismo pessoal ou carisma, que, em última instância, se encontra na sua capacidade de ser temido e amado (MAQUIAVEL, 2002).

Será Weber quem, em seus três tipos puros de dominação, melhor define o carisma. Para ele, “o carisma só conhece a determinação interna e a contenção interna. O seu portador toma a tarefa que lhe é adequada e exige obediência e um séquito em virtude de sua missão. Seu êxito é determinado pela capacidade de consegui-los” (WEBER, 1982: 285). Em outras palavras, esta dominação ocorre quando há o reconhecimento e a confiança, por parte dos súditos, na liderança e nas qualidades sobrenaturais e excepcionais do senhor. Esta é a confiança de que as capacidades que lhe são intrínsecas, e não o seu posicionamento em uma ordem social (dominação tradicional), é que deverão ser consideradas na sua legitimação.

No Brasil, a figura da liderança carismática muitas vezes se apresentou vinculada aos movimentos messiânicos, tais como Canudos, Juazeiro e o Contestado. O messianismo é um movimento vinculado à crença em um herói salvador, ou na possível vinda dele, enviado por Deus, e responsável por levar as pessoas à nova ordem ansiada, pondo fim aos seus problemas (NEGRAO, 2001).

Esta característica poderia ter como decorrência a criação de uma população muito dependente do seu líder e a espera de um para fazer algo. Seria, para alguns, um problema que se agravou com as nossas estruturas jurídicas de criação do Estado. Isto porque, por um lado, o Executivo inchado que se formou ao longo da nossa história teria também sido responsável por legislar por sua própria força, criando os direitos sociais. Tais direitos, sem terem sido conquistados com o avanço das lutas políticas (e dos direitos políticos), teriam simplesmente aumentado a dependência da população de figuras autoritárias, ao mesmo tempo em que se criava a ideia de que apenas o Executivo federal era capaz de avançar com medidas no país (CARVALHO, 1993).

Por outro lado, a própria estrutura jurídica, importada de Portugal, formaria uma estrutura de Estado patrimonial-estamental. Conforme Faoro assevera:

“Ele [o chefe de Estado] fala ao povo, não aos intermediários, por estes criados, do palácio à sociedade, em dois planos separados. Ele é o pai do povo não como mito carismático, nem como herói, nem como governo constitucional e legal, mas como bom príncipe (...)” (FAORO, 2012: 827).

Em outras palavras, o chefe em tal Estado, deve ser bom provedor e heróico. Por conta desta estrutura patrimonial, onde o quadro administrativo é seu dependente, o líder governa sem intermediários.

2.3 Messianistas e partidocratas

A tradição interpretativa brasileira, tende a considerar que o brasileiro se orienta principalmente tendo em vista a personalidade forte do candidato e o seu discurso moralista, ao invés de se orientar pelas ideias programáticas de um partido. Isso se faria presente em nossa cultura Ibérica, de traços personalistas para Sérgio Buarque (2013); ou poderia ser visto em nossa tradição populista, a qual premiava aqueles que procuravam falar por uma massa de carentes, como nos diz Weffort (1989); e ainda na ligação do brasileiro com o messianismo. Em todos estes casos acentua-se a tendência do brasileiro a alguém que tem uma relação de subordinação à espera de um líder, muitas vezes autoritário, que seria a salvação dos problemas de nosso país. Seria o caso de Vargas, Collor, Jânio e Jango, apenas para se referir aos democraticamente eleitos (CARVALHO, 1993). Aqueles que se subordinam ao messianismo dos líderes correspondem aqui aos messianistas. Os messianistas, portanto, acreditam na força do voluntarismo de um indivíduo e pouco observam uma trama mais complexa, descambando muitas vezes para um maniqueísmo que visa a suprir toda a oposição, recaindo naquela que seria uma contradição comum dos regimes democráticos para o jovem Gramsci (1976): a contradição "entre as profissões de fé que exaltam a mais ilimitada liberdade e a prática da tirania e da brutal intolerância" (GRAMSCI, 1976: 254).

Essa tendência a dominação de tipo carismático, levado a cabo pela personalidade, haveria de ser posta em cheque com o nosso processo de modernização. As estruturas agrárias de nosso passado, reforçaram o personalismo de nossa cultura Ibérica e as suas saídas autoritárias, posto que a organização social era feita em torno do senhor de terra, o qual era o pater familias, aquele de onde irradiava as decisões de vida nos limites rurais de sua propriedade. Tal lógica teria avançado para dentro de nossas instituições jurídicas, de nosso Estado, dominando-as com o familismo e o personalismo de nossas raízes agrárias. Entretanto, o próprio Holanda, crítico assíduo do autoritarismo de nossas instituições e de nosso agrarismo mal resolvido, já enxergava na década de 1930 o caminhar da industrialização e a subsequente expansão das cidades como locus do desenvolvimento de um mundo moderno, americanista (HOLANDA, 2013).

Em outro crítico das estruturas autoritárias de nosso Estado, Raymundo Faoro, aqui já mencionado, também se encontra uma agenda para o fim de nossa cultura de Estado demiúrgico, centrado em Príncipes que governam sem intermediários na sociedade. A sua solução de caráter institucionalista passaria por liberar “o interesse dos obstáculos políticos que inibem a sua manifestação, o que ensinaria a auto-organização da sociedade, com a formação de classes sociais com identidades bem

definidas, retirando-as da ‘névoa estamental’ na qual se enredaram.” (Viana, 2009, P. 375). Na perspectiva de nossos intérpretes, uma organização de baixo para cima em nosso país, envolveria a perda gradativa da tutela do Estado e o surgimento, a partir do avanço da industrialização, das identidades de classe, centradas na chave do interesse.

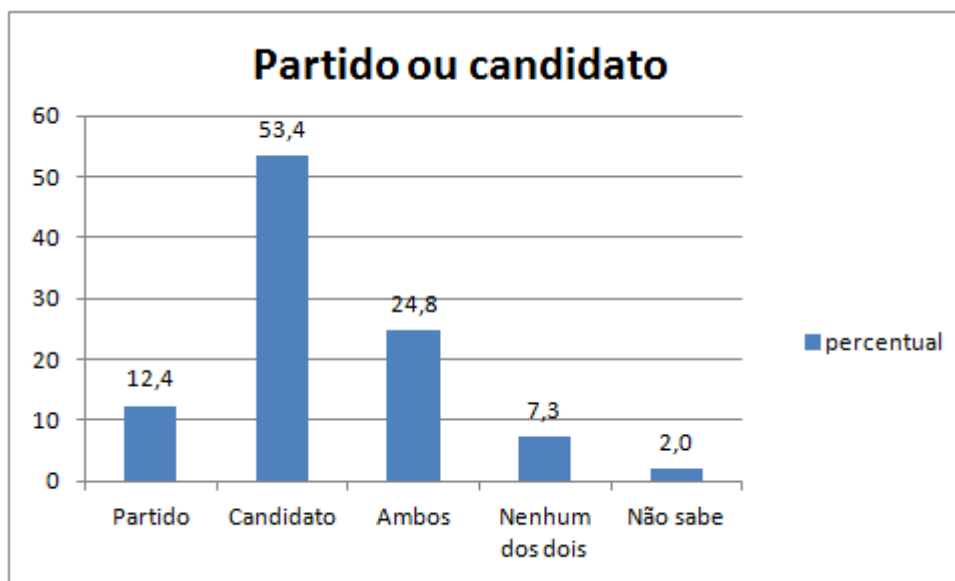
Na década de 1980, esse mundo moderno parecia finalmente se descortinar com a Constituição de 1988 e o surgimento de partidos de massa, em especial o PT, o primeiro a se constituir em proximidade com os sindicatos, dentro da chave do interesse (SANTOS, 1987, P 32). A auto-organização da sociedade encontraria um sistema robusto que, como na maioria das democracias modernas, tenderia a uma polarização política em torno de dois partidos, no nosso caso, PT e PSDB. Os partidos de massa e a adesão dos brasileiros as suas propostas encheram de esperanças aos nossos intelectuais que buscavam indícios de uma sociedade mais associativa e menos autoritária. Intelectuais, militantes, movimentos sociais, todos aqueles que passaram a se organizar e a pensar a política por meio dos partidos, consideramos como representantes do tipo ideal dos partidocratas.

Considerando as duas matrizes, daqueles que consideram a saída messiânica e aqueles que apostam na organização por baixo liderada pelos partidos, a pergunta que nos colocamos é: Poderíamos perceber, no Brasil de hoje, a mesma tendência ao Messianismo em nosso povo? Ou, melhor dimensionando a pergunta, no contexto do Rio de Janeiro, o eleitor orienta seu voto por meio do partido ou do candidato? Isso é o que procuraremos responder a seguir.

3. Eleições, partidos e candidatos

Ao indagarmos sobre o contexto contemporâneo, pode-se perceber que a figura do candidato ainda é muito presente na orientação do voto do eleitor. Conforme o gráfico 1, em torno de 53% dos eleitores entrevistados disseram que os candidatos são mais importantes que o partido para decisão de seu voto. Apenas pouco mais de 12% responderam que dão mais importância ao partido, enquanto quase 25% disseram que ambos têm a mesma importância em sua decisão de voto. Contudo, o baixo percentual de pessoas que disseram dar mais importância ao partido na hora de votar pode não significar que estes não tenham relevância. Se levarmos em conta que o campo de influência dos partidos também inclui a quantidade de pessoas que responderam “ambos”, teremos 37% dos entrevistados. Isso representa mais de um terço dos eleitores que participaram da pesquisa, um número significativo. Seu interesse aponta para a importância do partido dentro de um jogo democrático. Afastam-se completamente de candidatos como Collor ou Jânio, emblemáticos por serem apenas candidatos messiânicos, no dizer de Carvalho (1993), posto que não tinham um partido por trás para lhes dar suporte. A análise precisa ser robustecida com outros dados, afinal a relação candidato-eleitor traz em si aspectos que remetem a partidos ou até mesmo questões de definição ideológica, inclusive em suas motivações. Para acompanhar os dados também seguiremos com uma breve explanação sobre um conceito que será fundamental de identidade partidária, desenvolvida pela literatura da Escola de Michigan (Campbel et al, 1960).

Gráfico 1 – Partido ou candidato nas motivações de voto



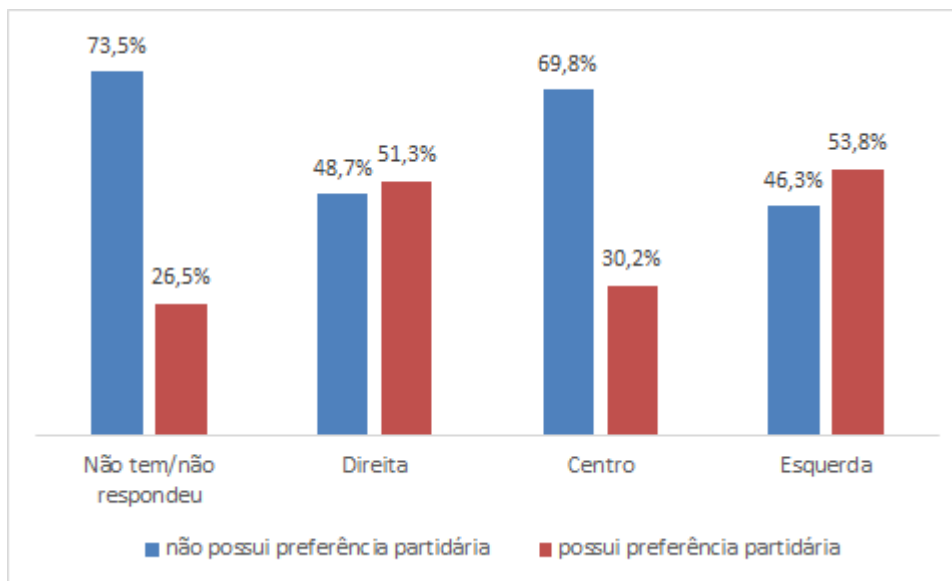
Fonte: pesquisa métodos quantitavos PUC-Rio, 2014

3.1 Messianistas e partidocratas

A preferência partidária foi uma das mais importantes contribuições de Campbell e os seus colegas da Escola de Michigan. Os autores haviam identificado uma persistência dos votantes na escolha partidária, a despeito de mudanças socioeconômicas e mesmo na avaliação dos candidatos. A esse fenômeno, chamaram de identificação partidária, a qual pode ser caracterizada como “um conjunto de predisposições políticas e de atitudes básicas frente a partidos políticos que se mostrariam (sic) resistentes a influências conjunturais.” (SPECK; BRAGA; COSTA, 2015). A identificação partidária é percebida nas pesquisas de opinião por meio da identificação do partido pelo entrevistado, da consistência com que declarou o voto no partido e, por fim, com a intensidade do voto. Apesar de não seguir a metodologia dos autores de maneira rigorosa, acreditamos que a relação entre a orientação ideológica e a preferência por partidos ou candidatos possam ser uma amostra da intensidade com que ocorre essa identificação partidária. Para os efeitos de nossa pesquisa, é importante notar que a identidade partidária dos votantes é um critério que os classificaria como partidocratas, motivo pelo qual trataremos apenas do último para se referir a questão teórica.

Com o gráfico 2, procurou-se iluminar o mistério da relação entre ideologia e os partidocratas. Dos entrevistados, apenas 37% tinham qualquer preferência partidária. Entretanto, descobrimos que tanto quem se define de “esquerda” como quem se define de “direita”, tende a possuir um partido de preferência. Tal tendência se mostra bastante visível quando considerado em comparação com quem é de centro e quem não possui definição ideológica (como no gráfico 2). O que se vê é que quem tem uma definição ideológica orienta mais a ação do voto por um partido. Tal fato corrobora a ideia de que o partido representa uma agremiação de indivíduos unidos por um projeto de governo em comum, posto que aqueles que têm um ideal bem definido unem-se aos partidos. Isto mostra que a ação social de quem vota em um partido é uma ação racional orientada por valores. Examinemos melhor esta proposição.

Gráfico 2 – Definição ideológica segundo preferência partidária

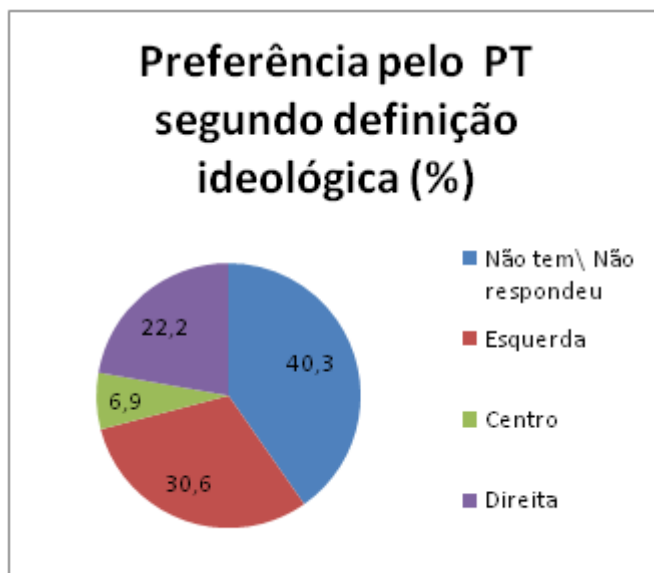


Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

O gráfico 3, tem relevância pela distribuição do PT. Dos que se consideram petistas, 22,6% são de direita, contra 30,6% de esquerda. Aliado a esta conjuntura, aparece um número alto de pessoas que não sabem ou não responderam.

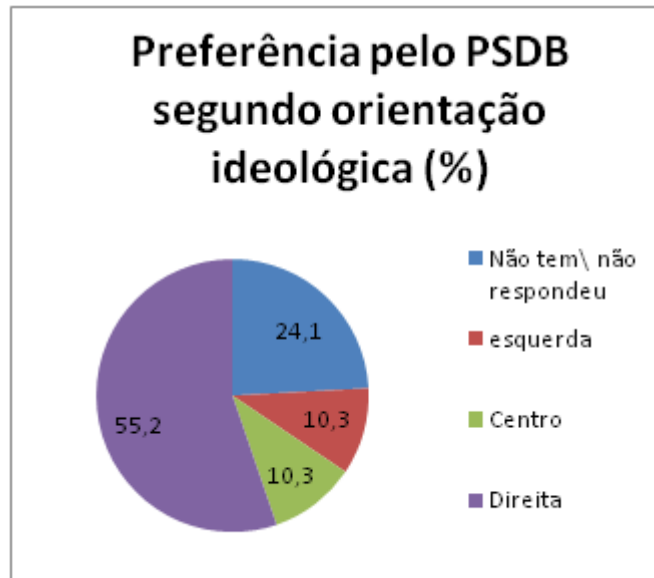
O gráfico se torna mais interessante ao ser analisado em conjunto com o gráfico 4, sobre o PSDB. O PSDB tem poucas pessoas que se dizem de esquerda, quase um quarto não respondeu ou não sabe e 55,2% se consideravam de direita. Ou seja, é muito mais nítida a definição ideológica no caso do PSDB.

Gráfico 3 – Preferência partidária pelo PT segundo orientação ideológica



Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

Gráfico 4 – Preferência partidária pelo PSDB segundo orientação ideológica



Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

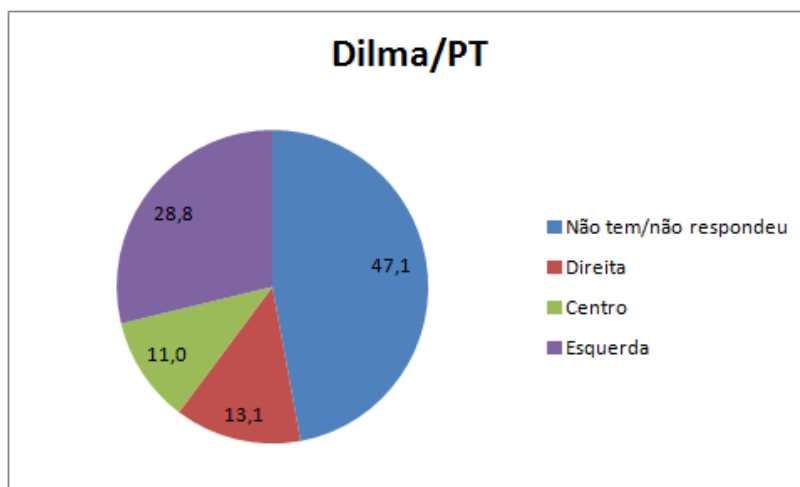
Salta aos olhos no PSDB também o seu baixo apoio da esquerda, uma vez que este já se considerou um partido de centro-esquerda. Talvez o motivo esteja, justamente, no local que ocupou historicamente no país. Primeiro, com as políticas de ajustes fiscal e a privatização de amplos setores estatais, que culminou na construção do neoliberalismo no Brasil. Depois, pelo papel que teve como oposição ao governo do PT, este sim vinculado aos movimentos sociais e trabalhistas, e por isso levando uma dinâmica mais à esquerda.

Explicado este ponto, ainda resta a dúvida de porque o PT é o partido preferido por um setor que se considera de direita. Mais do que um partido de esquerda, o PT se consolidou como um partido de governo, cuja procura por uma ampla coalizão permitiu que pudesse canalizar, em grande medida, apoios que fossem para além da esquerda e até mesmo dos indecisos. Exemplo está na sua aliança ao PMDB, partido com traços fortemente conservadores, ou o PP, partido de Jair Bolsonaro.

As coalizões partidárias são parte das disputas democráticas e ajudam justamente a angariar um eleitor diferente e a manter a estabilidade. Isto é indicativo da vida moderna partidária, onde os partidos são considerados de eleições, isto é, procuram angariar os mais distintos votos dos eleitores e se tornar uma necessidade ainda mais premente em nosso presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1987). Tal presidencialismo, como toda coalizão política, tem os princípios de um “cesarismo sem César”, para utilizar a expressão de Gramsci (2007). Nesta análise, as mudanças que o bloco é capaz de fazer estão sempre sujeitas a arranjos com as forças conservadoras sem haver uma real ruptura com elas (GRAMSCI, 2002).

Apesar de suas alianças e coalizões durante anos terem objetivado, com observável êxito, maior entrada nos setores de direita, é inegável que a esquerda é ainda o setor que mais respalda o governo. O gráfico 5, o qual corrobora a ideia anterior, estaria validado pela disputa mais acirrada de nossa democracia, a qual levou os dois governantes a procurarem mostrar distinção de projetos. Nesse ponto, Dilma procurou ampliar seu posicionamento com pautas mais de esquerda, atraindo o apoio de partidos abertamente nessa posição, como o PSOL, já que estes eram contrários à candidatura de Aécio.

Gráfico 5 – Votos em Dilma no 2º turno distribuídos por definição ideológica



Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

3.1 Partidocratas, messianistas e a crise das instituições: por que as pessoas votaram em Dilma e Aécio?

Um dos bordões que se apresentam neste cenário político turbulento é a tão chamada “crise de representatividade”. Se analisarmos nossa história política com mais atenção, perceberemos que, a bem da verdade, jamais experimentamos momentos de profunda representação dos interesses das classes populares e trabalhadoras da população em nossos estratos político-administrativos mais elevados. Mesmo a conquistas de importantes direitos nas primeiras décadas da república, como os direitos trabalhistas, não ocasionaram uma universalização da cidadania. No Brasil, aplicamos o conceito de cidadania regulada (SANTOS, 1979), estadania (CARVALHO, 1987), mas não em uma concepção de abertura concreta às demandas sociais, sobretudo às vindas da base da sociedade, por parte de nossas elites políticas.

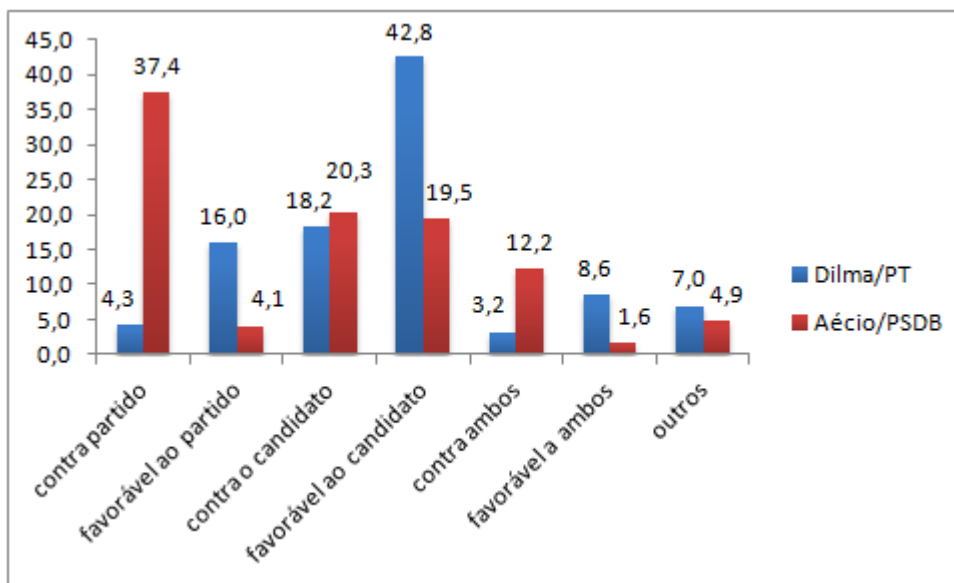
Segundo Carvalho (1987), esta falta de abertura e distanciamento das elites em relação aos representados – o que já era observado em Schumpeter (1961) e Michels (1982) - encontrou espaço também em nossa sociedade, e gerou um completo descrédito com relação às nossas instituições políticas, sobretudo as representativas, no início da república. Como ele mesmo diz, “o povo sabia que o formal não era sério” (CARVALHO, 1987). Podemos expandir esta concepção até os dias atuais e assim sustentar que vivemos não a crise de uma representatividade ideal que nunca existiu, mas sim uma crise da credibilidade de nossas instituições representativas, na qual os partidos são uma das instituições mais afetadas. Pensando a partir desta perspectiva, que lugar assume o partido em nosso cenário atual, dentro deste contexto?

Em nossa pesquisa, perguntamos aos eleitores em quem votaram no segundo turno e por que haviam votado naquele candidato, obtendo um bom índice de aproveitamento de informações. O interessante é que muitas respostas mobilizaram argumentos que se referiram a dimensões partidárias ou ideológicas. Respostas como, “não aguento mais a roubalheira do PT”, ou “sou anti-PSDB” e outras do tipo apareceram com frequência significativa. Assim, classificamos as respostas à pergunta “por que votou” segundo tipos ideais básicos: contra e a favor do candidato, contra e a favor do partido, contra e

a favor de ambos e outros. Ao olharmos para estas tipificações, conseguimos ressaltar importantes dimensões da relação candidato-eleitor-partido. A maior parte das pessoas que votaram em Aécio Neves o fizeram sem necessariamente se identificar com o candidato, mas sim por uma negação de sua opositora ou de seu partido. Além dos 37,4% que votaram nele para marcar oposição ao partido adversário, outros 20,3% votaram por rejeitarem sua adversária e outros 12,2% por rejeitarem ambos. Assim 69,9% dos entrevistados que votaram em Aécio não o fizeram tendo como principal motivo uma aprovação a ele, mas sim uma rejeição à candidata que era sua alternativa, sendo a maioria dos votos que angariou reprovativos. Já Dilma é uma figura que claramente despertou maiores níveis de identificação consigo ou seu projeto de governo: 16% dos eleitores votaram por aprovar o PT; 42,8% por uma afinidade direta a ela e 8,6% por se aprazer de ambos, somando assim 67,4% de votos aprovativos.

Do que foi exposto, vemos que motivações voltadas para os partidos e para candidatos se misturam na construção do campo de influência de um candidato. Isto demonstra o magnetismo adquirido pela ideia da mudança, impulsionada pelas insatisfações que culminaram nas várias manifestações espalhadas pelo país e até pelo mundo, que por sua vez têm forte ligação com a incapacidade de nosso sistema representativo de assimilar as demandas vindas da base da sociedade, e com sua consequente crise de credibilidade, das quais falamos há pouco [2].

Gráfico 6 – Motivação de votos para presidente no 2º turno segundo tipos ideais

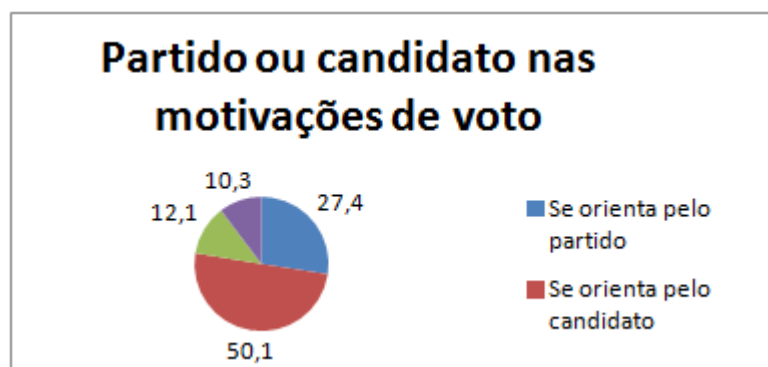


Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

Outra questão para a qual os dados apontam é a presença significativa do partido nas motivações dos eleitores, apesar das orientações voltadas aos candidatos ainda serem maioria. Para elucidar esta questão reunimos em uma mesma categoria as orientações voltadas para candidatos (contra ou a favor) e o mesmo para os partidos. Para elucidar a questão, construímos os gráficos 7 e 8. Como resultado, percebemos que 50,1% dos entrevistados se orientaram prioritariamente pelos candidatos, enquanto 27,4% pelos partidos. Se somarmos a cada um a quantidade de pessoas que responderam “ambos” para determinarmos sua área de influência teremos 62,2% para os candidatos e 39,5% para os partidos.

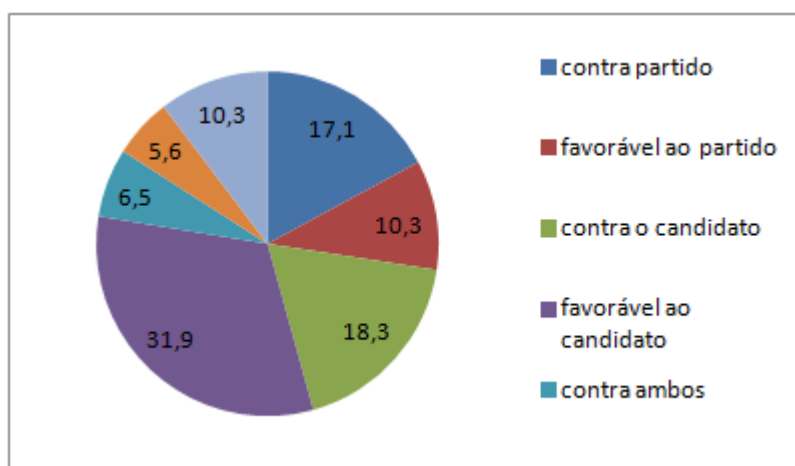
Apesar da diferença elevada, os partidos se mostram influenciando decisivamente parte significativa dos entrevistados.

Gráfico 7 – Total de entrevistados segundo suas motivações por partidos ou candidatos



Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

Gráfico 8 – Total de entrevistados segundo suas motivações contra ou a favor de partidos ou candidatos



Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

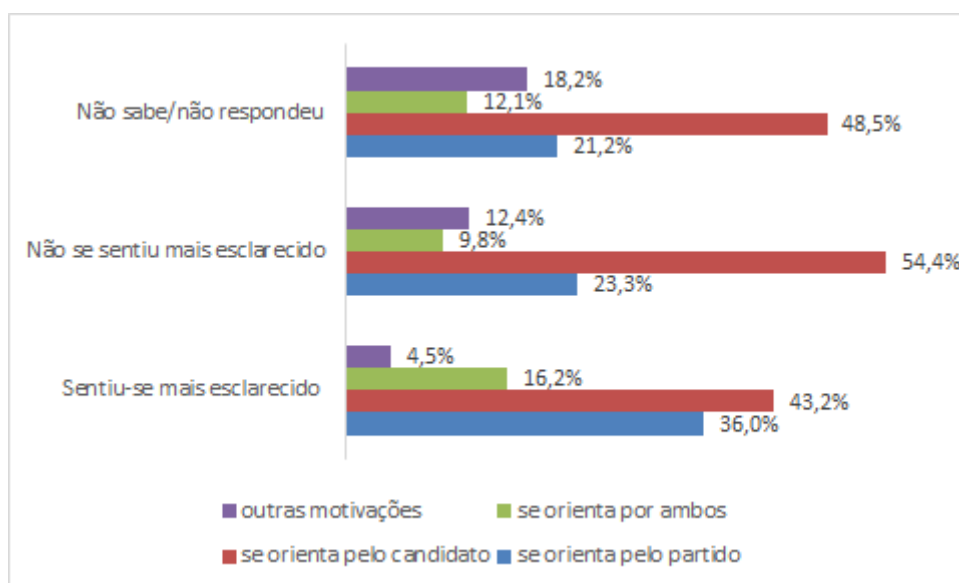
3.1 Uma nova esperança ou o “Império contra-ataca”?

A crise da credibilidade de nossas instituições representativas pode ter abalado a maneira como já foram construídos partidos e candidatos antes. Esta é a interpretação a que chegamos após a análise do gráfico 9. Como ele aponta, após o evento das manifestações de junho de 2013, houve um grupo de pessoas que se sentiu mais esclarecido para votar, apesar da maioria (55,7%), ter dito que não. Porém, ao cruzarmos esta variável com a orientação de voto, revelou-se um quadro interessante. As orientações que trazem o partido para o centro da decisão de voto (orientação por partido ou por ambos) cresceram exponencialmente, se tornando maioria entre aqueles que disseram se sentir mais esclarecidos para votar após as manifestações, algo inédito até aqui.

Acreditamos que isso é uma amostra do efeito politizador que estas manifestações desempenharam junto à sociedade civil. Temas como mobilidade urbana, serviços públicos (ainda que

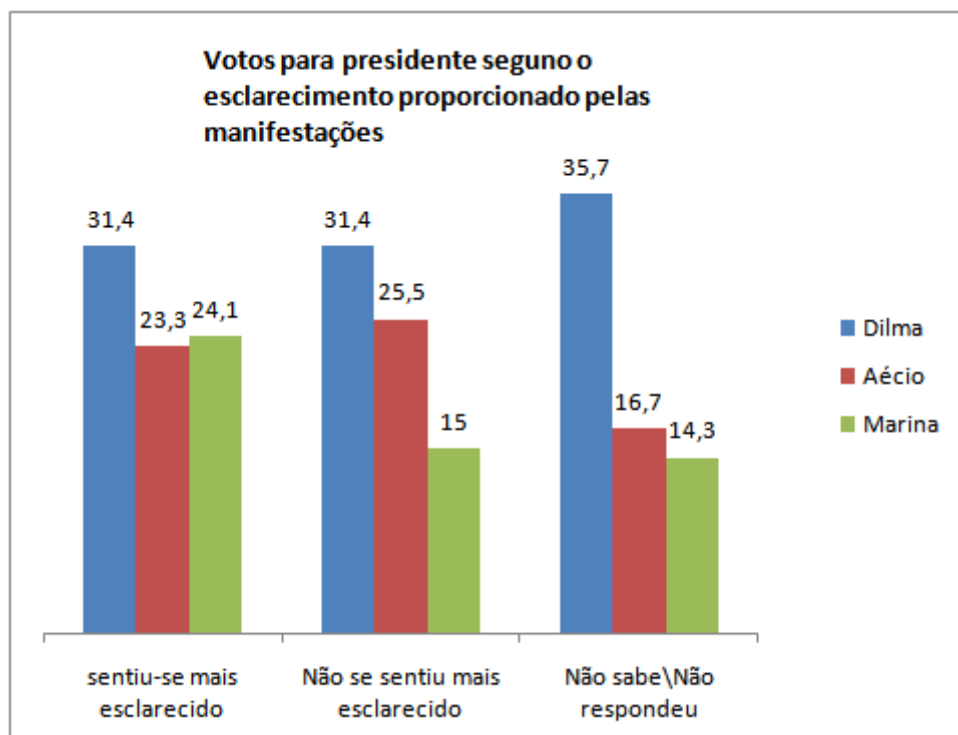
esta categorização e classificação das pautas muitas vezes não estivesse tão clara para parte dos atores), pautas que denotam uma dimensão estrutural do jogo democrático estavam presente de maneira difusa nas reivindicações. Outra questão que pode nos ajudar a compreender este fenômeno é o magnetismo e o significado adquirido pela ideia de mudança neste contexto. Como já discutimos, foi nesta lógica que o candidato Aécio Neves angariou a maior parte dos votos entre os eleitores contemplados por nossa pesquisa. O gráfico 10 nos ajuda a perceber mais ainda o papel exercido por essa categoria.

Gráfico 9 – Motivos dos votos em relação ao esclarecimento pelas manifestações



Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

Gráfico 10 – Efeitos das manifestações no voto para primeiro turno da presidência



Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

O resultado do gráfico 10 não é aleatório. A pesquisa leva em consideração quem é contra e quem é a favor a um partido. O grande tempo de permanência do PT e, anteriormente, o tempo do PSDB no poder, levou os dois partidos a serem conhecidos da população, quer como oposição, quer como governo. Aqui vemos se aclarar o significado adquirido pela ideia de mudança exposta acima. Ela foi o principal motivo de se orientar por um partido. Também por isso uma proporção maior das pessoas que se disseram esclarecidas com a manifestação votaram em Marina Silva (24,1%), comparadas às que não se esclareceram ou não responderam, já que seu lema era a ideia de construir uma “nova política”, ou seja, o abandono das práticas clientelistas entre as coalizões partidárias.

Acreditamos que a ação associativa por trás da escolha de um partido, quer a favor, quer contra, remete a uma ação social racional orientada por valores (ou por fins, em alguns casos), demonstrando a passagem da passividade para uma atitude participativa, quer contra quer a favor. O interessante da palavra de ordem ser mudança é, justamente, que esta ideia no Brasil sempre esteve atrelada a “mudar para conservar”. A revolução passiva é a ideia de que todas as vezes que se precisou fazer uma transformação, o status quo a teria feito antes do povo, de tal sorte a nunca a população se organizar para lutar e reivindicar ela mesma (VIANNA, 1996). Ou ainda em Faoro (2012), para quem as instituições estatais, desenhadas em seu modelo patrimonial, criavam um estamento burocrático, o qual barrava todo e qualquer desenvolvimento da própria cultura e autonomia do povo (FAORO, 2012). O esclarecimento nas manifestações em vista do voto, vis-à-vis, pode estar atrelado a uma nova concepção da política, menos messiânica e mais partidocrata, que já havia se desenhado e se instaurado desde a redemocratização e onde o próprio PT teve papel de destaque.

Conclusão

Em nosso trabalho, centramos a análise em como o eleitor estabelece sua relação com candidatos e partidos. Entendemos que candidatos são historicamente fortes e também condizem com o nosso Executivo inchado (CARVALHO, 1993) e até mesmo com o nosso processo em lista aberta (NICOLAU, 2006). Contudo, dar ênfase ao partido (ou a ambos) é entender que somente com o partido e suas coligações é que se governa. O maior entendimento desta questão parece resvalar em uma maior relevância do voto e da democracia, além de um elemento que potencializa a possibilidade de intervenção e transformação social por parte da sociedade civil. Por isso, o possível avanço dos partidocratas pode ser significativo de um novo alento ao governo do povo no país.

Em nossa análise, podemos, agora, perceber dois tipos de partidocratas, aos quais chamaremos partidocratas-agentes e partidocratas-pacientes. Os primeiros se caracterizam por se formarem numa chave gramsciana, em que o partido aparece como o príncipe (GRAMSCI, 2007) [3], devido à construção de uma organização espontânea da própria sociedade em torno do partido. Também aparece pela chave tocquevilliana da arte do associativismo, uma vez que demonstra a capacidade de se unirem pelo interesse bem compreendido ou ainda/também em função de ideais (TOCQUEVILLE, 2005). No nosso caso, isso é percebido pela ação das manifestações, cujos gráficos e análises foram propostos anteriormente.

Nos partidocratas-pacientes, o que define a percepção dos partidos é a falta de confiança, quer seja nas instituições democráticas como um todo, ou em um partido específico, valorando-os assim de forma negativa a partir de uma ojeriza latente. Acaba se qualificando como um híbrido entre a posição do partidocrata-agente e o messianismo. A grande quantidade de votos nulos e brancos também podem estar em diálogo com esta dimensão cultural. No caso de nossa pesquisa, os votos em Aécio são os elementos nos quais podemos reconhecer este tipo de motivação. Contudo, esta análise se complexifica.

Nas eleições presidenciais, não parece ter sobrado muita opção ao PSDB, senão apostar em um candidato de caráter messiânico. A sua ausência nas massas na política carioca atual levam maior destaque à imagem de Aécio Neves enquanto um candidato opositor ao PT. Assim, a disputa se tornaria entre Aécio e o PT, pois a força de Aécio está vinculada à negação ao projeto do PT, agora identificado com a corrupção e o fracasso econômico. Lembremos que o messianismo está vinculado na sua origem à dominação carismática e, como ela, o vínculo ao líder é resultado de uma necessidade histórica, uma missão (WEBER, 1982).

Ainda assim, a análise mais profunda de seus votos revela outra dimensão, que não exclui seu caráter messiânico, mas com ele dialoga: o voto em Aécio teve uma base predominantemente messiânica (20,3% votaram por se opor a Dilma e 19,5% por o aprovarem), mas, inserindo na análise nossas tipificações dos partidocratas vemos que esta motivação messiânica é seguida de perto por uma tendência partidocrata-paciente (37,4% votaram contra o PT), o que aponta para uma perigosa tendência ao voluntarismo, que parece ter ressurgido nas manifestações de 2015. Vemos, portanto, que este tipo de partidocrata, apesar de ter uma visão mais abrangente do processo político do que aquele que vota apenas no candidato, acaba por corroborar muitas vezes a postura personalista, messianista, que o outro apresenta, carregando ainda o maniqueísmo que resvala no voluntarismo messiânico dos anteriores.

O tipo do partidocrata-paciente é predominante na cultura política carioca. O motivo disto parece estar na chave inversa do associativismo. Sem uma organização política, ou uma cultura de confiança interpessoal, o Brasil, como Moisés (2008) identificou nas suas pesquisas, carece de uma cultura política desenvolvida de forma associativa que, dentre outros motivos, resvala justamente no fato de que as soluções para nossos conflitos foram feitas por cima, de maneira autoritária e imposta (MOISÉS, 2008; REIS, 2003). Vale aqui citar Werneck Vianna (2015), em artigo de opinião publicado pelo Estadão, no dia 5 de Abril:

“Décadas de passividade, de empobrecimento do debate público, sob o obscurantismo de concepções anacrônicas sobre os poderes demiurgos de um Estado tutelar e de heróis providenciais nos apresentam, agora, a sua conta: o maniqueísmo é a marca dominante da nossa cultura de massas “ (Viana, 2015).

Outros atores que emergem nesta cena complexa são Dilma e o PT. Dilma é uma candidata claramente carismática, sociologicamente falando (42,8% de seus eleitores ouvidos por nós votaram nela por lhe aprovar e 8,6% por aprovarem a ela e ao PT) o PT se torna um expressivo representante da partidocracia-paciente, tendo uma participação muito maior nos votos reprovativos de Aécio do que nos aprovativos de Dilma. Um dos pontos que colaboram para isso parece ser o da ideia da burocratização partidária, na qual o PT tem se inserido. Segundo essa ideia, todos os partidos passam a buscar apenas maneiras de se perpetuar no poder, sem manter qualquer vínculo ideológico, o que poderia levar a crises de representatividade e movimentos violentos. Junho de 2013 parece corroborar esta ideia (OPPO, 2004; ARENDT, 2004).

Assim, percebemos que há uma presença significativa da partidocracia em nosso cenário político atual, sinalizando para uma percepção mais abrangente do jogo político, bem como uma maior politização da população. Porém, não se quer com isso afirmar que vivemos uma nova era, livre de todo o messianismo. Primeiro porque messianistas ainda são maioria numérica segundo nossos dados. Isso implica, como propomos, em um crescente maniqueísmo e concepções voluntaristas, que não levam em conta importantes questões estruturais de nossos dilemas. Além disso, partidocratas-pacientes são também maioria em relação a partidocratas-agentes. Contudo também não se pode dizer que não avançamos: o desgaste da lógica política atual é evidente e gritante. Resta saber se os caminhos que escolheremos aprofundarão as velhas feridas, ou se nos permitirão finalmente expurgar os atrasos autoritários que tanto nos pesam. Hoje é como se, por trás do nevoeiro que nos leva a constantes tropeços, pudéssemos enxergar um traço de luz. Esperamos que não sejam apenas vagalumes. 🌟

NOTAS

* Os autores, à época da submissão, cursavam o 7º período do curso de Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: danielhmf1917@gmail.com; patrickpinheiro@hotmail.com

[1] Sobre a greve dos rodoviários, ver notícia veiculada no site G1, em 12/05/2014: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/rio-monta-plano-de-contingencia-devido-paralisacao-de-rodoviarioros.html>

[2] Nossa análise considerou como a favor ou contra partido a ideia de mudança a nível Federal. Acreditamos que o problema de quem escolhia Aécio ou Marina e clamava por mudança era um

problema vinculado ao PT, baseado no que efetivamente escutamos nas ruas e no cruzamento com outras informações do questionário como partido de preferência, por exemplo

[3] Lembro que, para Gramsci, o partido era a grande maneira de transformar a sociedade por baixo, pela transformação educativa do homem a caminho de um homem coletivo

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio H. H. de. **Presidencialismo de Coalizão**. O Dilema Institucional Brasileiro. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

ARENDDT, Hannah. **Da Violência**. [S.N], 2004. Disponível em: <<http://www.libertarianismo.org/livros/harendtdv.pdf>>

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A construção da cidadania no Brasil**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1993.

CAMPBELL, A.; CONVERSER, P.; MILLER, W. & STOCKLES, D. **The American Voter**. New York: Willey. 1960

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Globo Editora, 2012

GIANFRANCO, Pasquino. *Partitocracia*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino (orgs.). **Dicionário de Política**. 5. ed. São Paulo: Editora UNB, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política.V.3**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cadernos do Cárcere. V. 5**, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

_____. **Escritos políticos**. Lisboa: Seara Nova. Vol 1.1996.

GRYNSPAN, Mario. *A teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada*. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 35-83, jan./jun. 1996.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia Das Letras. 2013

MAQUIAVEL, Nicoulau. **O príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora UNB, 1982.

MOISES, José Álvaro. *Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira*. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-43, fev. 2008.

NEGRAO, Lísias Nogueira. *Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro*. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 119-129, jun. 2001.

NICOLAU, Jairo. *O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.

OPPO, Anna. Partidos Políticos. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino (orgs.). **Dicionário de Política**. 5. ed. São Paulo: Editora UNB, 2004.

REIS, Bruno P. W. *Capital social e confiança: questões de teoria e método*. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 21, p. 35-49, nov. 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

_____. **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1987.

SARTORI, Giovanni – **Partidos e sistemas partidários**. Tradução de Waltensir Dutra; Apresentação à edição brasileira de David Fleischer. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora da universidade de Brasília, 1982.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SPECK, Bruno Wilhelm; BRAGA, Maria do Socorro Sousa; COSTA, Valeriano. *Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil*. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 125-148, Dec. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000400125&lng=en&nrm=iso Acesso em 19 /12/ 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987315235606>.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América: leis e costumes**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Vol. 1.

VIANNA, Luiz W. **Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira**. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, 1996.

_____. **Um outro mundo é possível**. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 5 de abr. 2015.

_____. **Raymundo Faoro e a difícil busca do Moderno no país da modernização**. in: BOTELHO, André; Schwarz, Lilian Moritz (org.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das letras. 2009

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: Editora UNB, 2015.

_____. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WEFFORT, F. 1989. **O populismo na política brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Recebido em 28/03/2016

Aprovado em 22/12/2016